#

O ESTADO DE S. PAULO

Depredado o plenár

QtMRTA-FEíRA, 30 DE MARÇO DE 1988

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Alegando profundo desconten-
tamento com o curso dos trabalhos
da Assembleia Nacional Constituin-
te, Joany Santos de Souza, um baia-
no de 26 anos que há três reside em
Brasília, passou a noite de segunda-
feira revirando o plenário da Câma-
ra e arrombando armários na Co-
missão Parlamentar de Inquérito
que apura denúncias de corrupção
contra o ex-ministro do Planeja-
mento, Aníbal Teixeira. "Eu estava
procurando saber o que eles ficam
fazendo aqui", declarou Joany após
ressaltar que não era enviado de
ninguém e que precisava conhecer
documentos sobre energia nuclear,
programas de computador, o INPS
e sobre o caso Coroa-Brastel. O ra-
paz, sempre tranquilo e risonho du-
rante suas declarações, fez questão
de ressaltar que não destruiu ne-
nhum documento porque sabia que
"papel era coisa importante".

Esta é a segunda vez que Joany
Santos de Souza deixa a segurança
do Congresso em situação delicada.
Em 5 de fevereiro de 1987, quatro
dias após a instalação da Consti-
tuinte, ele se jogou das galerias no
plenário para protestar contra a po-
lítica nacional de informática ado-
tada pelo Brasil, que considera "ab-
surda".

Entre os documentos exibidos
por Joany durante seu depoimento
de mais de cinco horas havia uma
carteira de estudante da Faculdade
de Matemática de Vitória da Con-
quista (BA), onde disse cursar o se-
gundo semestre, embora estivesse
com a matrícula trancada. Apresen-
tou ainda comprovante de inscrição
para o concurso de diplomata no
Itamaraty, duas carteiras de traba-
lho, identidade, CIC, título de elei-
tor, entre outros. Joany disse traba-
lhar atualmente de garçon, nos fins
de semana, em um bar chamado

Terra Mágica, localizado na Asa
Sul, em Brasília.
"Ao que tudo indica, trata-se de
um desequilibrado mental", disse o
chefe da Segurança da Câmara,
Fernando Paulucci, após ouvir Joa-
ny por horas a fio. Essa não é, po-
rém, a opinião da delegada Valquí-
ria, da Polícia Federal e do agente
Coelho: segundo o presidente da co-
missão de inquérito instaurada pa-
ra apurar o caso, Luiz Fernando de
Oliveira, os dois afirmaram que Joa-
ny não aparenta ser uma pessoa que
esteja sofrendo de desequilíbrio
mental porque respondeu a tudo
com muita tranquilidade, sem criar
problemas e com muita lucidez.

Joany contou que entrou no
Congresso às 22 horas pelo anexo
dois do Senado e se dirigiu para o
plenário, onde após acender as lu-
zes, revirou papéis, jogou a bandei-
ra nacional, cadeiras e microfones
ao chão, mexeu no terminal do sis-
tema eletrônico de votação e espa-
lhou toda sorte de papéis. Depois,
seguiu para a Comissão de Finan-
ças do Senado, onde funciona a CPI
da Corrupção, abriu vários armá-
rios, jogou todos os papéis ao chão e
só não conseguiu ter acesso a docu-
mentos que estavam trancados em
um arquivo de aço. A principal mala
com documentos contra os acusa-
dos do envolvimento em corrupção
havia sido levada para a casa do
senador José Ignácio. Indagado se
conhecia o ex-ministro Aníbal Tei-
xeira, disse, após pensar um pouco
que "pessoalmente não".

Como não entendeu nada dos
papéis que encontrou, conforme re-
velou, Joany seguiu novamente pa-
ra o plenário por volta das 6h30,
onde resolveu descansar em uma
das cadeiras, no fundo da sala, onde
foi encontrado por um segurança,
quase dormindo.
Preso em flagrante, Joany foi
submetido a exame de sanidade fí-
sica e mental por três médicos da
Câmara e encaminhado à Polícia
Federal.

Ulysses abre inquérito
O presidente da Constituinte,
Ulysses Guimarães, muito irritado,
determinou ontem a abertura de in-
quérito para apurar responsabilida-
des na falha da segurança do Con-
gresso que permitiu a entrada de
Joany Santos de Souza no plenário
da Câmara e na sala da CPI da cor-
rupção. A comissão encarregada do
caso terá dez dias para apresentar
suas conclusões. A principal falha
apurada até agora, segundo o chefe
da segurança da Câmara, Fernando
Paolucci, foi a falta de dois agentes,
o que deixou a área do Salão Verde
descoberta.

Os 120 mil metros quadrados de
área do Congresso são vigiados dia-
riamente por cerca de 250 homens
distribuídos na área interna e pela
Polícia Militar do Distrito Federal

na área externa. Existem 12 acessos
ao interior do Congresso, cada qual
contando com dois seguranças. A
noite, estas entradas são reduzidas
para sete, sendo quatro na Câmara e
três no Senado. Assim, um grupo de
cerca de 20 homens é responsável
pelo que se passa no interior do Con-
gresso durante a noite.

Joany entrou no prédio pelo ane-
xo dois de Senado, onde havia um
guarda que não o percebeu. O inva-
sor afirmou não ter encontrado ne-
nhum agente de segurança durante
seu trajeto. Ao pedir a apuração de
responsabilidades, Ulysses Guima-
rães cobrou a segurança que já havia
solicitado para a Câmara, onde ficam
guardados "papéis de suma impor-
tância".

WÊÊÊÈÈÈ Itlt

Alencar Monteiro

Rita e d'Ávila em sessão de baixo comparecimento

Quem vai a plenário critica cnieni falta

. BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Apenas 192 dos 559 parlamenta-
res compareceram à sessão de on-
tem da Constituinte. Sem quórum
para votar, eles aproveitaram o
tempo para criticar os faltosos. Mas
houve também reações mais exa-
cerbadas, como a da deputada San-
dra Cavalcanti (PFL-RJ). Frequen-
tadora assídua do plenário, ela
anunciou que não irá à sessão con-
vocada para as 9 horas de hoje.
"Não estarei aqui, contrariando
meus hábitos, e só voltarei quando
tiver a informação de que medidas
rigorosas serão postas em prática
pela Mesa para punir os faltosos."

Depois de ouvir sucessivas re-
clamações, o presidente Ulysses
Guimarães prometeu tomar provi-
dências. Na segunda-feira, enviará à
Mesa da Constituinte o resultado de
estudos que vem fazendo para resol-
ver o problema. Segundo ele,' a
maioria das propostas que recebeu
estabelece a suspensão do mandato
do constituinte que faltar três vezes
sucessivamente ou cinco intercala-
das. Outras sugestões são pela di-
vulgação dos nomes dos que com-
parecem no noticiário de rádio e te-

levisão Diário da Constituinte. Para
o deputado Francisco Rossi (PTB-
SP), bastariam dois minutos no pro-
grama para enumerar todos os
constituintes assíduos.

Ulysses, entretanto, acha que
antes de adotar qualquer medida
punitiva deve verificar seu apoio le-
gal. Ele também criticou os faltosos
e disse que continuará convocando
os parlamentares, lembrando que
•"quem não vier assume responsabi-
lidades diante da opinião pública".

Ele já descartou a tese, apresen-
tada por Sandra Cavalcanti, de re-
duzir o número exigido para as vo-
tações, lembrando que "a tradição
do quórum qualificado é a mesma
em todos os países democráticos".
Ontem, Ulysses reuniu-se com o se-
cretário-geral da Câmara, Paulo
Afonso Martins, e com o dlretor le-
gislativo, Hélio Dutra, para formu-
lar o novo calendário de trabalho da
Constituinte.

Em princípio, ele pretende reali-
zar três sessões diárias na quarta,
quinta e sexta-feira para acabar o
quanto antes a votação de todo o
projeto. Dependendo da matéria,
poderão ser convocadas sessões sá-
bado e domingo.

O garço m Joan y entr a d e madrugad a n o Congress o e depred a documento s d a CPI da corrupçã o

Fotos Alencar Monteiro

Cai o ministro-coorde TK^Wi
AGENCIA ESTADO
E SERVIÇO LOCAL

O entendimento para aperfei-
çoar a emenda presidencialista, já
aprovada, do senador Humberto
Lucena começou a ser delineado on-
tem pela manhã em Brasília, em reu-
nião de lideranças partidárias reali-
zada no gabinete do presidente da
Constituinte, Ulysses Guimarães. A
maioria do texto foi ajustada com a
utilização do princípio da fusão, res-
tando apenas três pontos a serem
discutidos: a moção de censura a
ministro, medidas legislativas pro-
gramáticas e a questão envolvendo
a resolução de discordância. Foi
descartada a possibilidade da cria-
ção da figura do ministro-coordena-
dor, uma espécie de elo entre o Exe-
cutivo e o Legislativo.

O deputado Bonifácio Andrada
(PDS-MG) está negociando os pon-
tos pendentes para que já na segun-
da-íeira haja possibilidade de vota-
ção dos ajustes da emenda Lucena.
Quanto à moção de censura, as ne-
gociações visam a permanência do
texto da emenda Lucena, que exige
dois terços da Câmara para a apro-

vação da noção. Neste caso, segun-
do explicou ontem o deputado Vi-
valtío Barbosa (PDT-RJ), o deputa-
do Eduardo Bonfim (PC do B-AL)
aceitaria retirar seu pedido de des-
taque, no qual é necessária apenas a
maioria simples para o pedido de
moção.
A NEGOCIAÇÃO PROSPERA
Na realidade, tanto presidencia-
listas como parlamentaristas não se
importam com a continuidade do
texto da emenda presidencialista, o
que facilitará o acordo. "A negocia-
ção está prosperando e nesta segun-
da-feira deveremos efetivar o ajus-
tamento", afirmou Vivaldo Barbo-
sa. Há também a busca de um acor-

do, não concretizado ontem, para
que permaneça na emenda presi-
dencialista o Artigo 95 A, que deter-
mina um prazo de 30 dias para que o
Legislativo examine projetos de lei
enviados pelo Executivo. "Atual-
mente, o Legislativo pode simples-
mente engavetar o projeto, e pela
emenda Lucena ele terá de ser ana-

lisado com urgência", explicou Vi-
valdo. A resolução de discordância
— dispositivo que permite à Câma-
ra ou ao Senado discordar de pro-
nunciamento de um ministro nas

Adiar as eleições é
ysses
AGÊNCIA ESTADO
e Servtçc toegi

"Qualquer tipo de prorrogação
de mandato é um golpe contra a
democracia." A afirmação foi feita
ontem pelo presidente do PMDB e
da Constituinte, Ulysses Guima-
rães, sobre a notícia de um movi-
mento em favor do adiantamento
das eleições municipais para 1989.
Segundo Ulysses, a posição do par-
tido é sempre contrária a qualquer
prorrogação, seja de mandatos de
diretórios municipais, regionais, na-
cional ou de qualquer mandato ele-
tivo.

Também o líder do PMDB na
Câmara, deputado Ibsen Pinheiro,
em nota à imprensa, condenou o
movimento pela prorrogação dos
mandatos, afirmando que as elei-
ções municipais serão realizadas
ainda este ano, mesmo ocorrendo
atraso na promulgação da Consti-
tuição. Ele encaminhou correspon-
dência às lideranças dos demais
partidos, solicitando que todas as
propostas e projetos sobre eleições
municipais fossem reunidos para
exame ainda ontem, em reunião na
Câmara.

O governador Orestes Quércia,
ao deixar o gabinete do presidente
Sarney, com quem conversou du-
rante 40 minutos, ontem, criticou a
emenda do senador Áureo Melo
(PMDB-AM), que propõe a prorro-
gação dos mandatos dos atuais pre-
feitos. Na opinião do governador,
"mandato eleito deve ser respeitado
e cumprido", razão pela qual não
concorda com nenhum tipo de pror-
rogação. "Seria um precedente peri-
goso", alertou.

MÁQUINA

O deputado Victor Faccioni
(PDS-RS) denunciou Quércia como
um dos responsáveis pelo movimen-
to em favor do adiamento das elei-
ções municipais. Segundo Faccioni,
o governador quer beneficiar-se da
realização conjunta de eleições mu-
nicipais e à Presidência da Repúbli-
ca, pois é candidato à sucessão de
Sarney e a máquina eleitoral do
PMDB irá ajudá-lo a superar a can-
didatura Brizola.

Para Faccioni, outros peemede-
bistas, candidatos a prefeituras,
também estaõ trabalhando pelo
adiamento das eleições municipais
para poderem contar com a ajuda
de Quércia. Na avaliação desses po-

líticos, continua Faccioni, a eleição
"solteira" favoreceria a candidatura
Brizola, cujo partido, o PDT, não
tem estrutura para enfrentar o
PMDB nos Estados e municípios.
O líder Mário Covas, indignado
com as propostas de adiamento, co-
mentou: "Minha história no PMDB
acabaria no instante que o partido
cometesse a suprema indignidade
de votar a prorrogação dos manda-
tos". Foi aplaudido por quase todos
os presentes. "Nosso programa par-
tidário é contra toda e qualquer
prorrogação", ressaltou o secretá-
rio-geral do PMDB, Milton Reis, em
apoio ao líder.
Covas ficou particularmente in-
dignado porque Faccioni, entre ou-
tros oradores, leu notícias segundo
as quais o deputado Irajá Rodri-
gues (PMDB-RS) já estaria aconse-
lhando prefeitos gaúchos a se pre-
pararem para a prorrogação. "Este
partido têm muitos problemas In-
ternos, mas tem a compostura ne-
cessária para resolvê-los interna-
mente", disse o lider.
APOIO

O presidente do PDS, senador
Jarba s Passarinho, manifestou-se
contrário à prorrogação dos manda-
tos municipais e admitiu a existên-
cia de um movimento: "Recebi ape-
los nesse sentido há um mês da par-
te de prefeitos do PMDB, a quem
disse que não contassem comigo. O
argumento dos prefeitos é de que,
no próximo ano, terão mais recur-
sos para a realização de programas
com a efetivação da reforma tribu-
tária, contida na nova Consti-
tuição".

"A tentativa de boicotar as elei-
ções municipais este ano é uma ma-
nobra dos constituintes que preten-
dem disputar as eleições em suas
cidades, disse o deputado Expedito
Machado (PMDB-CE). Para o depu-
tado, a liderança do movimento es-
taria na bancada paranaense da Câ-
mara dos Deputados. Os integran-
tes do movimento, segundo Macha-
do, "estão encontrando a resistên-
cia dos nordestinos constituintes".
Segundo Machado, a prorrogação
seria uma forma de parlamentares
concluírem seus trabalhos na Cons-
tituinte a tempo de lançar suas can-
didaturas.

"Estamos no mundo da poesia.
A Constituinte está atrasada, não
será definida antes de 90 dias", dis-
se o deputado Tito Costa (PMDB-
SP), especialista em direito consti-
tucional.

Porto teme que a Justiça continue lenta
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Associação dos
Magistrados Brasileiros desembar-
gador Odyr Porto, afirmou ontem
que o objetivo dos magistrados na
Constituinte era tornar a Justiça
mais acessível ao povo e menos mo-
rosa, "mas acabamos atropelados
pelo Conselho Nacional de Justiça",
proposto pela Ordem dos Advoga-
dos do Brasil (OAB). Segundo o de-
sembargador, a inclusão do conse-
lho, como órgão de controle externo
da magistratura, os obrigou a ado-

tar posição defensiva, em vez de lu-
tar em favor da "justiça rápida e
eficiente que a sociedade espera".
A proposta da Ordem de criar o
conselho — uma espécie de controle
externo da magistratura — causou
frustrações, pois em muitos países
esse órgão é falido e gerador de es-
cândalos, segundo Odyar Porto.
Porto lamenta que de algum
tempo para cá a magistratura tenha
tomado posição puramente de defe-
sa para preservar sua independên-
cia, deixando de lado os objetivos
corretos, que há tanto tempo o povo
luta para conquistar. "Há uma ten-

tativa de europeizar as instituições
brasileiras", advertiu o magistrado,
lembrando que a maior vítima des-
sa sangria é o Poder Judiciário.
O deputad o Michel Temer
(PMDB-SP), escalado por Bernardo
Cabral, relator do projeto, para
coordenar as propostas de emen-
das, afirma ser contra qualquer su-
gestão que retire a independência
do Poder Judiciário, uma vez que
ninguém até hoje conseguiu encon-
trar fórmula mais eficiente para a
proteção dos direitos individuais do
que a tripartição dos poderes. "A
grande vantagem do P ;der Judiciá-

rio como instrumento de afirmação
dos direitos individuais é a impar-
cialidade. E isto tem de ser preser-
vado", disse.
J á o vice-presidente da OAB-
DF, advogado Francisco da Lacer-
da Neto, acha que os constituintes
"perderam a oportunidade de trans-
formar o Judiciário num poder".
"Continua secularmente do jeito
que sempre foi."
A discussão sobre o Capítulo do
Poder Judiciário começa a partir de
segunda-feira, depois dos feriados
da Semana Santa, no plenário da
Constituinte.

- também deverá per-
emenda, caso haja

duas Casas -
manecer na

acordo.

"Algumas incorreções da emen-
da Lucena foram resolvidas com a

utilização de dispositivos de emen-
das, como a Manoel Moreira, usan-
do o instituto da fusão", afirmou o
senador Mauro Benevides, expli-
cando como se chegou a um acordo
sobre vários itens depois de encerra-
da a reunião. "É preciso que sejam
feitos ajustes", disse o presidente
da Constituinte.

DÚVIDAS NA EMENDA LUCENA
Com a fusão, foi inserido no Ar-
tigo 91 que o candidato a vice-
presidente da República será regis-
trado com o candidato a presidente
da República, "sendo votado junta-
mente com este". Segundo Ulysses
Guimarães, o ajustamento foi feito
porque na emenda Lucena não esta-
va claro que ambos deveriam per-
tencer a mesma chapa. "O texto po-
deria ensejar dúvidas ao eleitor, que
poderia votar em um presidente de
uma chapa e em um vice da outra",
explicou. Também por emenda adi-
tiva será acrescentado no Artigo 92
que "se nenhum candidato alcançar

j maioria absoluta na primeira vota-
ção, far-se-á nova eleição 30 dias
apôs proclamação do resultado,
concorrendo os dois candidatos
mais votados, considerando-se elei-
to o que obtiver maioria dos votos
válidos". Também o dispositivo não
estava devidamente claro na emen-
da Lucena.
Ainda ficou definido no encon-

tro que seria suprimido, no artigo
93, o direito de o Supremo Tribunal
Federal declarar vagos os cargos de
presidente e vice-presidente da Re-
pública quando os eleitos não to-
massem posse. Depois de reformu-
lado, o texto não diz a quem compe-
te fazer tal declaração. No dispositi-
vo referente às atribuições do presi-
dente da República, no inciso V —
que estabelece a competência do
presidente para vetar projetos de lei
parcial ou totalmente — o acordo de
ontem suprimiu a continuidade do
texto que dava o direito de o presi-
dente solicitar a reconsideração ao
Congresso Nacional.

"Agora só falta o deputado vo-
tar", disse o deputado Luiz Inácio
Lula da Silva (PT-SP), que partici-
pou da reunião com os líderes parti-
dários.

~ ^ \

Distanciamento das massas

GAUDÊNCIO TORQUATO

Um dos mais curiosos fenómenos
dos tempos em que vivemos consiste
na visível apatia, das massas em re-
lação aos agitados acontecimentos
originados pelos constituintes. A ex-
plicação só pode ser o vazio instala-
do entre a sociedade e as instituições
nacionais. A situação assume pro-
porções tão graves que já se permite
divisar os contornos de dois Brasis:
um, real, vivido pelas massas nas
fábricas, escritórios, canteiros de
obras, nos lares e no campo, outro,
fictício, conduzido pelas disputas en-
tre o Executivo e os grupos políticos.

A cie lotimia que tem conferido a
politica brasileira a sensação de
permanente crise, se provoca altas
deszargas de adrenalina em um uni-
verso por volta de mil pessoas, gue
forma o contingente ãiretamente en-
volvido com os rumos nacionais, não
chega nem um pouco a arrepiar as
massas. Para usar a simbologia pa-
vloviana, os políticos e os governan-
tes estão sendo incapazes de obter
reflexos condicionados dos eleitores.
As formas de excitação uíilfeadas,
precárias e mal direclonadas, não
geram "salivação" social. Apenas
eeticismo.

Em alguns momentos, as pessoas
até procuram reagir. Quando se de-
frontam com perguntas sobre o futu-
ro do País, mandato presidencial,
elas se manifestam, algumas até vi-
vamente. No geral, porém, o que se
percebe é um mal-estar com o que se
passa em Brasília. O que interessa
mesmo são medidas urgentes contra
a carestia, a violência, a precarieda-
de dos serviços de saúde, a falta de
moradias, os aluguéis altos, os bai-
xos salários. Mais açâo, menos dis-
curso. Multiplicam-se os reclamos,
muitos saídos do meio das catástro-,
fes que têm assolado os bolsões po-
bres, nos últimos meses.

A deterioração dos níveis de vi-
da nos cinturões periféricos e o re-
baixamento do poder de compra dos
extratos médios vêm, em parte, justi-
ficar a crescente incredulidade da
sociedade para com políticos e go-
vernantes. Mas o próprio desempe-
nho do setor político é apontado co-
mo forte componente a balizar o dis-
tanciamento das massas. Explica-
se: a hipertrofia dos processos polí-
ticos, com seu sombrio perfil de ne-
gociatas, escândalos e iyiteresses,
cobre a tessitura institucional com
um véu de degenerescência e sordi-
dez, escandalizando amplos seg-
mentos e formando ondas de contra-
riedade, principalmente dentro do
grupamento que consome informa-
ções e irradia opinião.

A corrente de destruição que se
abate sobre o corpo institucional,
alimentando-se dx> fisiologismo que
passa a orientar comportamentos e
ações, também contribui para anes-
tesiar a classe política, amortecen-
do seus escrúpulos e tornando-a in-
sensível aos clamores imediatos das
populações. O paradoxo é inevitá-
vel.

Os políticos, depositários áa
confiança popular, legitimados pelo
voto, abandonam as ruas, fogem, ãas
reivindicações e refugiam-se no fan-
tasioso mundo das altas confabula-
ções e jogos de poder. O povo, foco
central ãa política, transforma-se

em abstração. A dinâmica social,
atropalada por um discurso interes-
seiro, pouco avança.

Não se questiona a magnitude
do atttaí momento político e a trans-
cendência das qttestões que estão
sendo negociadas na Constituinte. O
que se coloca em dúvida são as in-
tenções que acolhem as manifesta-
ções partidárias, o significado so-
cial aos emendas, a viabilidade das
propostas. Os políticos, quando de-
cidem, deveriam projetar os anseios
e expectativas de seus eleitores, as
reais condições do País e o bem-
esíar da sociedade. Até quando e em
que intensidade isso acontece?

É comum afirmar-se que a crise
faz parte da política, sendo, até, um
de seus principais ingredientes. Po-
rém, é incomum a progressão acele-
rada de formas que degradam a fi-
sionomia político-instltucional e
que tem, como desdobramentos, se-
quelas do tipo místicas desprovidas
de fundamento, especulações sem
base, Messias Improvisados, extra-
vagâncias anarquistas, corridas de-
senfreadas ao lucro, medos e amea-
ças, saídas do País, desrespeito à
ordem jurídica, quebras de compro-
missos, imensas frustrações sociais.

A queda moral das instituições
e governantes reflete-se sobre o con-
junto da sociedade e funciona como
elemento de pressão psíquica, ani-
quilando sentimentos altruístas e
vontades transformadoras. Os valo-
res que expressam a soberania de
uma Nação e o orgulho do cidadão
descem a um nível multo baixo e são
esquecidos. Até a vergonha, senti-
mento que, em tempos idos, rubori-
zava as feições, não encontra mais
caras para se abrigar. Tudo se nive-
la na uniformidade de um compor-.
tamento social cheio de desen-
cantos.

E ainda se fala de novos parti-
dos, como estratégia para acolher os
contingentes insatisfeitos e relançar
velhas questões. Um partido, para*
ter possibilidades de sucesso, neces-
sita que seu Ideário seja adotado
por um número considerável de elei-
tores. E que os programas sejam as-
similados, compreendidos e susten-
tados pela maioria de seus adeptos.
Quem reúne, hoje, no País, condi-
ções de sair apregoando ideias para
atrair as massas? Muito poucos.
Dentre estes, figuras sem tradição
política. Mas é pouco provável que
as massas se motivem e se engajem
nas novas agremiações, enquanto
algo de concreto não lhes for ofere-
cido.

Trata-se de uma situação triste
para quem espera mudanças, cómo-
da, para os contingentes que se equi-
libram em qualquer circunstância,
trágica, para a maioria dos brasilei-
ros For tudo isso, os próximos em-
bates eleitorais serão uma verdadei-
ra caixa de surpresas. Mesmo nas
áreas rurais, os nomes dos candida-
tos prevalecerão sobre as legendas.
Se 03 políticos não correrem ao en-
contro das massas e persistirem na
insensibilidade, o vazio entre a so-
ciedade e as instituições permanece-
rá. Pouco adiantará o esforço da
classe política para dar ao Paí3
uma nova Constituição.

Gaudêncio Torquaío é professor da USP